

003ª Audiência Pública 02MAI17

Pauta: Apresentação do Programa de Metas 2017-2020 - PROMETA

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): (19h) Boa noite. Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal de Porto Alegre; o Ver. Valter Nagelstein Vice-Presidente da Câmara de Vereadores, que acolhe esta Audiência Pública; o Sr. José Alfredo Pezzi Parode, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão; e demais Secretários e Secretários Adjuntos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Passaremos à leitura do Edital de convocação desta Audiência Pública (Lê.): “Edital 01/2017 – Convocação de Audiência Pública. O Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, atendendo o disposto no art. 39 da Lei nº 8.666/1993, torna público que realizará Audiência Pública para apresentação do Programa de Metas 2017–2020 – PROMETA. Data da Audiência: 02 de maio de 2017. Horário: das 19h às 22h. Local: Câmara Municipal de Porto Alegre. Endereço: Avenida Loureiro da Silva, 255 – Porto Alegre/RS. 1. A inscrição dos interessados em participar dos debates será feita mediante o preenchimento de ficha de inscrição que estará disponível na data e local da audiência. 2. Os debates estarão restritos à matéria constante da pauta previamente estabelecida. 3. A audiência será presidida pelo Secretário Municipal de Relações Institucionais. 4. A Mesa poderá convocar quaisquer pessoas que lhe convier, com a finalidade de melhor prestar os esclarecimentos técnicos, operacionais ou jurídicos pertinentes aos trabalhos. 5. Ao Presidente da Mesa competirá dirimir as questões de ordem e decidir conclusivamente sobre os procedimentos adotados na Audiência, sendo que, para assegurar o bom andamento dos trabalhos, poderá conceder e cassar a palavra, além de determinar a retirada de pessoas que perturbarem a Audiência. 6. Da Audiência será lavrada Ata que será assinada pelos componentes da Mesa e presentes, para posterior publicação. 7. Na Ata estarão lançados todos os assuntos abordados e debatidos, principalmente, as proposições e sugestões apuradas. 8. A instalação da Audiência Pública se dará com observância das etapas a seguir: a) Abertura e explicação

inicial; b) Exposição da matéria; c) Debates públicos; d) Confecção da ata da Audiência Pública. 9. A Audiência Pública terá a duração de 3 (três) horas, podendo ser prorrogada por, no máximo, mais 30 (trinta) minutos, a critério da Mesa Diretora. 10. Os participantes deverão limitar-se ao tema ou questão em debate e irão dispor de 2 (dois) minutos, tempo em que não poderão ser aparteados, limitadas a 30 (trinta) inscrições. 11. Serão coibidas as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da Audiência, sem prejuízo das disposições contidas nas normas dos artigos 4 e 93 da Lei Federal 8.666/1993. 12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos e definidos pelo Presidente e demais componentes da Mesa Diretora. Porto Alegre, 13 de abril de 2017. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal. José Parode, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão. Kevin Krieger, Secretário Municipal de Relações Institucionais".
Senhoras e senhores, conforme estabelecido no nosso Edital, de forma prévia, nós abriremos, neste momento, as inscrições para as manifestações no plenário, que serão em número de trinta.

Passo a palavra, para que possa fazer uma saudação, ao Vereador que representa os Vereadores desta Cidade, que gentilmente nos cederam este espaço para que a Audiência pudesse acontecer com as condições necessárias, o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Valter Nagelstein.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Senhoras e senhores, muito boa noite, Sr. Prefeito Municipal, seja muito bem-vindo novamente à nossa Casa, é uma satisfação recebê-lo, juntamente com todos os seus Secretários, com a equipe de Governo – por favor, sintam-se todos saudados. Temos aqui o Líder do Governo, o Ver. Cláudio Janta, também a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Matheus Ayres, o Ver. Felipe Camozzato, o Ver. Moisés Maluco do Bem, o Ver. André Carús, o Ver. José Freitas, o Ver. Alvoní Medina, o Ver. Luciano Marcantônio, a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. João Carlos Nedel, portanto, Prefeito, há uma representação bastante significativa dos nossos Edis do Município. Quero saudar especialmente os cidadãos e cidadãs que vêm novamente aqui à Casa do Povo num momento importante da nossa cidadania. Certamente motivo de força maior impediu o nosso Presidente Cassio Trogildo de aqui estar, que era o seu desejo e inclusive a nossa programação, então me cabe, na condição de Vice-Presidente, fazer essa saudação a todos e dizer que, mais uma vez, nós

reafirmamos aquilo que está impresso no DNA de Porto Alegre. Muitas pessoas acham que participação popular é algo recente na história da Cidade, mas eu quero lembrar que o Conselho Municipal do Plano Diretor, por exemplo, Prefeito, é o primeiro conselho instituído na nossa Cidade e ele data de 1937. Então, vejam, senhoras e senhores, que há muito tempo, no seio da nossa comunidade, na cultura política de Porto Alegre, há essa ideia generosa da construção coletiva e da participação da cidadania. A cidadania se exerce de várias formas; uma delas é a democracia indireta, que somos nós, os representantes, os Vereadores eleitos e o Prefeito Municipal; outra, obviamente, a direta, aquela que, nos conselhos, os cidadãos podem comparecer, participar, opinar, solicitar, enfim, exercer a sua cidadania. Não há espaço mais apropriado, mais propício para o exercício dessa cidadania do que o Parlamento, porque aqui é o local onde isso deve se expressar da forma maior possível. Então, muito obrigado, é um importante momento, Prefeito, de um compromisso mútuo: um compromisso do cidadão para com os seus governantes, de compromissar os governantes com isso, e um compromisso do governante, no sentido contrário, para com os cidadãos, também. É um momento difícil, todos nós sabemos, um momento de escassez de recursos, mas acho que é exatamente nesses momentos que a nossa criatividade e a nossa cidadania precisam surgir ainda com mais força, para que a gente consiga encontrar o caminho de saída dessas crises. Tenha a certeza de que com a devida altivez, com a devida independência, com os Vereadores, que representam os seus eleitores – e, em última análise, representam a Cidade –, de forma autônoma e independente, nós, Vereadores, haveremos de tomar as posições naquilo que o Governo nos enviar, sempre mediando o que for melhor para a cidade de Porto Alegre e para as aspirações e os desejos dos nossos concidadãos. Mais uma vez, a todos, em nome dos nossos 36 Vereadores, especialmente destes que estão aqui, Sr. Prefeito, muito obrigado, parabéns, sejam muito bem-vindos todos os senhores e as senhoras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Ver. Valter. Mais uma vez agradecemos à Câmara de Vereadores pela cedência deste qualificado espaço para a realização da nossa Audiência Pública. O Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, está com a palavra.

O SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Boa noite, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui presente, quero saudar muito especialmente àquele que preside a nossa Mesa hoje, nos recebe aqui, o Carlos Siegle – obrigado, Nenê! –, e, saudando o Carlos, saúdo os demais Secretários aqui presentes que formam a equipe do Executivo. Se vocês me perdoarem, eu vou nominá-los rapidamente aqui para que a gente possa ir de imediato ao que nos interessa, que é a pauta aqui do Prometa. Eu quero fazer uma referência ao Secretário da Fazenda, Leonardo Busatto; ao Secretário de Educação, Adriano Naves de Brito; ao Secretário Municipal da Saúde, Pablo Stürmer; ao Secretário Municipal da Cultura, Luciano Alabarse; ao Secretário da Segurança, o Kleber; à Secretária do Desenvolvimento Social, Maria de Fátima; ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ricardo Gomes; ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Alcimar; ao Secretário de Parcerias Estratégicas, Fernando Dutra; ao Secretário de Serviços Urbanos, Ramiro Rosário; ao Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Parode, que vai fazer a primeira apresentação em relação ao Prometa; e à Secretária do Gabinete de Comunicação, Tânia Moreira. Eu quero agradecer a presença de todos os Secretários, que vão estar aqui depois para, se necessário, responder de forma mais objetiva às perguntas. Quero agradecer também à pessoa do Paulo Miranda e à diretoria da Procempa, que se faz aqui presente. Espero não estar esquecendo ninguém da equipe. Quero fazer uma saudação ao Vereador e Vice-Presidente da Câmara Valter Nagelstein, aqui representando todos os Vereadores, que gentilmente nos cederam esta Casa. E, saudando o Valter, eu faço questão também de saudar nominalmente – espero que eu não esqueça ninguém: o Vereador Líder de Governo Cláudio Janta, o Vice-Líder de Governo Moisés Barboza, o Ver. Oliboni, o Ver. Medina, o Ver. André Carús, a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Felipe Camozzato, a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. João Carlos Nedel, o Ver. José Freitas, o Ver. Luciano Marcantônio, o Ver. Matheus Ayres – não sei se estou esquecendo algum Vereador que eu não estou vendo. Obrigado pela presença e pela deferência de estarem prestigiando este encontro inédito aqui, em que a gente vem cumprir uma determinação de uma emenda aprovada à Lei Orgânica, Ver. Valter, do então Vereador Sebastião Mello. Faço aqui referência a uma excelente ideia, que a gente possa, de alguma forma, tornar mais transparente e mais objetivo, com objetivos de gestão, com objetivos de atingimento de metas, compromissos que possam, de alguma forma, ser melhor medidos ou melhor acompanhados pela sociedade. A ideia

aqui é que a gente faça uma apresentação objetiva. Eu pedi para o Secretário Parode que ele faça isso de uma forma bastante rápida, porque isso foi protocolado já no dia 30 de março aqui na Câmara de Vereadores, isso é público. A gente gostaria, efetivamente, de debater mais as perguntas, com as respostas e as colocações mais técnicas dos Secretários em cada pauta. Então a ideia é que o Secretário Parode passe as 58 metas sem que entre em detalhes muito técnicos, para que isso possa ficar efetivamente para uma segunda etapa, para depois dos questionamentos daquelas pessoas que aqui se colocarem.

Eu quero agradecer muito a presença das senhoras e dos senhores aqui e dizer, como sempre tenho dito, que a gente passa, na Prefeitura, aqui no Município, por grandes dificuldades. Eu desejo buscar pessoas, partidos, grupos, enfim, responsáveis. A gente chega a uma situação em que a Prefeitura está, eu diria, numa situação falimentar. A gente vem enfrentando dificuldades nos últimos anos, e não tem mais medidas que possam remediar ou deixar que fiquem transparentes, são gigantescas. A gente buscou aqui colocar metas que eram compromissos de campanha; metas específicas das áreas; metas que possam, efetivamente, transformar a qualidade de vida; e colocamos algumas metas – depois, vamos comentar especificamente essas – que demonstram princípios, que são muito difíceis de serem atingidas, mas a maior vergonha não é não cumpri-las, mas não tê-las como objetivo de Governo, principalmente na área de educação. Então a gente entra em detalhes depois, mas eu acredito que a gente pode avançar nisso, eu acredito que a gente pode debater aqui. E, mesmo que falem metas, mesmo que tenham metas que alguns aqui entendam que não sejam necessárias ou prioridades, o processo de apresentar isso, o processo de fazer o Executivo se organizar e tornar isso público e o processo de debate faz a nossa sociedade amadurecer mais e controlar mais o Executivo, controlar mais a máquina pública e o dinheiro público, o que, efetivamente, pode fazer a diferença.

Com relação ao que a imprensa comenta, às vezes, sobre cargos na Prefeitura... Eu sei que a pauta era outra aqui, mas eu, que fico na frente dos Vereadores, preciso fazer essa referência. Eu quero agradecer a todos os Vereadores que me indicaram pessoas para compor o Executivo; assim como eu quero agradecer a todos da imprensa, porque a todos que comentaram as indicações dos senhores eu também pedi indicações. Eu quero agradecer também a todos os sindicatos aos quais eu pedi indicações; eu quero

agradecer a todos os técnicos aos quais eu pedi indicações. Eu quero que todos me indiquem pessoas de bem, qualificadas e bem intencionadas para compor o Governo. Eu não conheço todas as pessoas de bem e todas as pessoas que podem ocupar todos os cargos para contribuir no Executivo, aceito todas as sugestões e, inclusive, todas as críticas; por isso estou explicando a essas pessoas que criticaram por eu aceitar as sugestões e indicações. Quero pedir mais: me indiquem mais! Vocês já foram secretários, foram às ruas para pedir voto, conhecem a realidade. É importante conhecer a realidade; é importante a indicação daqueles que já conhecem o Executivo, sejam eles de quaisquer partidos. Eu tenho certeza que a minha adversária na campanha, Luciana Genro, me indicaria para o Governo dela. Eu tenho pessoas que compõem o meu Governo e tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores – até porque eram filiadas a ele – indicaria para compor o meu Governo. Eu não tenho problema com indicações, desde que aqueles que estejam indicando e os indicados não tenham problema de passar por um processo seletivo, que nós colocamos o nome de Banco de Talentos, onde a sua vocação será testada e ele será indicado para aquele cargo que, neste momento da vida, ele tem a aptidão, a vocação e a disponibilidade, para nos ajudar a cumprir essas metas que nós vamos apresentar aqui, esta noite, para vocês.

Este é um momento novo para nós, acho que para a maioria de vocês também, para nós é um grande desafio a aprimorar, a gente sabe que pode ser aprimorado e a gente está aqui para ouvir as sugestões, as observações, críticas e perguntas de vocês. A gente sai daqui hoje melhor do que a gente chegou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Prefeito Marchezan. Passaremos, conforme previsto no Edital, para a apresentação do Programa de Metas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de 2017-2020, Prometa.

O Secretário Parode está com a palavra.

O SR. JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE: Boa noite a todos, o Prometa já foi entregue a esta Casa, como bem referiu o nosso Prefeito. Dou uma saudação especial ao Ver. Valter, representando o Presidente desta Casa, aos Srs. Vereadores e à comunidade aqui presente. Vamos direito ao ponto. Preparamos uma apresentação que, na verdade, é a reprodução na íntegra do documento que foi entregue à Câmara de Vereadores. Estamos

com o conjunto de todos os nossos Secretários para que possamos, ao final, conforme o nosso Edital prevê, fazer os esclarecimentos às perguntas.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE: O que é o Prometa? É a primeira vez que o Município de Porto Alegre tem o privilégio, na Administração Marchezan, de fazer a apresentação para a comunidade de Porto Alegre. Ele já existe em 51 Municípios no Brasil, e é uma proposta que busca estimular a participação popular e que o Poder Público Municipal possa utilizar como ponto de referência do seu planejamento, da sua dinâmica de planejamento.

O Programa foi instituído no final de 2015, no dia 30 de março nós entregamos na Câmara de Vereadores, conforme previsto na Emenda nº 36 à Lei Orgânica, e a lei prevê a realização de audiências públicas. Esta é a primeira, está prevista uma audiência pública a cada ano, e o correspondente acompanhamento e prestação de contas.

A proposta inicial que compôs o documento foi elaborada a partir do programa de Governo e construída conjuntamente com todo o Governo e todos os Secretários. Nós pretendemos, e é o objetivo desta Audiência Pública, justamente receber sugestões e colaborações no sentido de consolidar a proposta inicial.

Nós partimos, na construção do documento, de 3 eixos, 16 objetivos estratégicos que resultaram em 58 metas. Os eixos estruturantes e objetivos estratégicos se desdobraram, então, a partir dos 16 objetivos estratégicos, em 58 metas, sendo 34 no eixo de desenvolvimento social; 15 no eixo de infraestrutura, economia, serviços e sustentabilidade; e 9 no eixo de gestão e finanças.

O objetivo estratégico 01 é aumentar e qualificar a estrutura da atenção primária à saúde. A meta 1 é assegurar o atendimento para 60 % da população pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família; nós partimos de um atendimento de 50,7% e pretendemos, até o ano de 2020, chegar a 60%. Não vou me deter nas razões que levaram a 60%, mas depois o Secretário de Saúde pode explicar, obviamente poderíamos atingir um percentual melhor, como Florianópolis, por exemplo, que tem 100%, mas a restrição financeira é o balizador da meta. A meta 2, também vinculada ao objetivo estratégico 01, é reduzir a mortalidade infantil de 9,02 para 8,75 – nós temos outras capitais, como

Florianópolis, com índice de 5,15 e Curitiba com 7,74. A meta 3, também vinculada ao objetivo estratégico 01, é reduzir a mortalidade materna em 17%, partindo de 32 casos de mortalidade materna por 1.000 mulheres para 27,7 em 2010. A meta 4, vinculada também ao objetivo estratégico 01, é aumentar a cura de casos novos de tuberculose de 52% para 79% – a referência da Organização Mundial da Saúde é 85%, do Município de Rio Branco é 89% e nós pretendemos chegar a 70%, partindo, no ano de 2016, de 52%. A meta 5, também vinculada ao objetivo 01, é disponibilizar 8 unidades de atenção primária à saúde com atendimento até às 22h, partindo de zero, nenhuma unidade, no início de janeiro, hoje já estamos com duas unidades funcionando até as 22h. A meta 6 também vinculada ao objetivo 01, é aumentar a resolutividade da Atenção Primária à Saúde de 80% para 85%. Objetivo estratégico 02: Implantar e qualificar o fluxo de tratamento dos paciente entre os órgãos de saúde. A meta 7 é monitorar em tempo real 100% dos leitos, exceto emergências; hoje temos 0% e até 2020 pretendemos chegar a 100%. A meta 8, também vinculada ao objetivo estratégico 02, é reduzir em 15% o tempo de internação em leitos clínicos contratualizados; hoje temos um tempo médio de 9,7 e pretendemos reduzir para 8,2 – Curitiba tem 6,9, como *benchmark*. O objetivo estratégico 03 é reduzir o tempo de espera para exames e consultas com especialistas. A meta 9 é reduzir de 52 para 30 dias o tempo de espera para consulta com especialistas de pacientes classificados como alta prioridade; Vinculada ao objetivo 03, a meta 10 é garantir que exames classificados como alta ou muito alta prioridade sejam realizados em até 30 dias. Objetivo estratégico 04: ampliar a integração entre os órgãos de segurança visando a proteção social. Meta 11: assegurar que 100% das ocorrências com despacho de patrulha da Guarda Municipal sejam atendidas em até 25 minutos; esse é um padrão da área de segurança. Hoje nós levamos em torno de 50 minutos a 1 hora. No objetivo estratégico 04, a meta 12 é reduzir em 35% o número de ocorrências de furto e roubo de veículos. Em 2016 tivemos, em Porto Alegre, 11.782 furtos de veículos; a meta é reduzir para 7.658. Também vinculada ao objetivo 04, a meta 13: reduzir em 30% o número de ocorrências de roubo ao transporte coletivo; em 2016 tivemos 2.192 casos e pretendemos reduzir para 1.534. Vinculada ao objetivo 04, a meta 14 é integrar 100% dos órgãos de segurança pública em Porto Alegre que atuem com tecnologia e inteligência. Objetivo estratégico 05: ampliar o uso da tecnologia visando a segurança da população. Meta 15: modernização de 100% do transporte público coletivo através do uso de tecnologia (câmeras e reconhecimento

facial); partimos de zero, já estamos em 38% e a meta é chegar a 100% da frota de coletivos com reconhecimento facial. A meta 16 é implantar identificação veicular nas 9 principais entradas e saídas da cidade; vinculada também ao objetivo estratégico 05, a meta 17 é implementar identificação veicular nas principais vias internas do município; a meta 18 é garantir que 100% da frota de táxi tenha reconhecimento biométrico do motorista. Objetivo estratégico 06: aumentar e qualificar a oferta de vagas da educação infantil. A meta 19 é atender 100% da demanda manifesta para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses na Rede Municipal de Educação; a meta 20 é universalizar a Educação Infantil na faixa etária de 4 a 5 anos e 11 meses, garantindo o atendimento de 100% da demanda na Rede Municipal de Educação. Objetivo estratégico 07: melhorar a qualidade do ensino fundamental. Meta 21: obter nota de 5,9 no IDEB 2020 – Anos Iniciais; o nosso IDEB, no ano de 2015 é 4,6, pretendemos chegar a 5,9, e o de Curitiba é 6,3. Meta 22: obter nota de 5,3 no IDEB 2020 – Anos Finais; 2015, 3,75, pretendemos chegar a 5,3, e a Cidade de Palmas em Tocantins atingiu 5,6. A meta 23, ainda vinculada ao objetivo estratégico 07, é assegurar que 65% dos alunos em anos iniciais das escolas municipais sejam proficientes em português; em 2015, atingimos 39% e pretendemos chegar a 65%, Curitiba tem 67%. Também vinculada ao objetivo 07, meta 24: assegurar que 60% dos alunos em anos iniciais das escolas municipais sejam proficientes em matemática; em 2015 foram 28%, Curitiba tem 57%. Meta 25: assegurar que 50% dos alunos em anos finais das escolas municipais seja proficientes em português. A meta 26, vinculada ao objetivo 07, é assegurar que 35% dos alunos em anos finais das escolas municipais sejam proficientes em matemática; em 2015 foram 9%, Palmas tem 31%, para Porto Alegre, em 2020, 35%. Vinculada ao objetivo 07, a meta 27 é garantir o acompanhamento do aprendizado a cada semestre de 100% dos alunos da Rede Municipal baseado nos descritores da Prova Brasil; 2016, zero. Objetivo estratégico 08: promover o acesso à cultura para a população, especialmente em situações de vulnerabilidade social, consolidando uma programação focada no longo prazo e revitalizando os bens e patrimônios culturais. A meta 28 é oportunizar acesso à cultura para 100% dos habitantes de todas as regiões de alta e média vulnerabilidade social; a meta 29 é garantir que 15% da capacidade média de público dos espetáculos dos espetáculos nos espaços municipais seja disponibilizada gratuitamente para pessoas de baixa renda. Objetivo estratégico 09: promover a inclusão e o desenvolvimento social como forma de reduzir a pobreza e garantir os direitos

humanos. Meta 30: oportunizar alternativas de emancipação a 100% da população em situação de rua no município. Meta 31: aumentar em 50% a quantidade de pessoas capacitadas para inserção no mercado de trabalho e geração de renda; a média anual entre 2014 e 2016 foi de 1.506 pessoas, a meta é chegar a 2.560 até o ano de 2020. Também vinculada ao objetivo estratégico 09, a meta 32 é reduzir o déficit habitacional entregando 4 mil unidades habitacionais; a média dos anos 2005 a 2015 foi de 3.113 unidades, e a meta é chegar a 4.000 unidades. Meta 33: realizar a regularização fundiária de 2 mil moradias; no ano de 2015 foram 682, em 2016, 262, e a meta é 2.000. Também vinculada ao objetivo estratégico 09, a meta 34 é promover a inclusão social por meio de 2,8 milhões de atendimentos nos equipamentos e eventos esportivos, recreativos e de lazer; nos anos de 2015 e 2016 houve 1,2 milhão, e a meta é 2,8 milhões de atendimentos. Objetivo estratégico 10: promover um ambiente favorável aos negócios. Meta 35: reduzir o tempo de abertura de negócios de baixo risco de 21 para 5 dias. Meta 36: reduzir de 82 para 50 dias o tempo para abertura de novas empresas; ano de 2014 eram 245, 2015, 260, chegamos a 82 em 2016, em Uberlândia são 52 dias e a nossa meta são 50 dias. Também vinculada ao objetivo 10, a meta 37 é reduzir de 146 para 50 dias o tempo para licenciamento de edificações sem EVU. Meta 38: licenciar em até 24h as habitações sem limitações administrativas. Meta 39: aumentar de 42% para 51% a taxa de ocupação da rede hoteleira de Porto Alegre. Objetivo estratégico 11: qualificar os serviços urbanos, atuando de maneira unificada para o aumento da satisfação e segurança do cidadão. Meta 40: programação e publicação de 100% dos serviços urbanos. Vinculada também ao objetivo estratégico 11, a meta 42 é aumentar para 83% o índice de tratamento de esgoto coletado; em 2015 tivemos 77%, em 2016, 78% e pretendemos chegar a 83%. A meta 43 é a modernização de 100% do transporte público coletivo através do uso de tecnologia (GPS e pagamento com cartão de crédito/débito). Objetivo estratégico 12: desenvolver a infraestrutura urbana e o ambiente de forma sustentável. Meta 41: ampliar para 72% as residências com ligação à rede de esgoto sanitário de Porto Alegre. Meta 44: requalificar 1,95 milhões de m² de vias; 2013-2016 tivemos 1,84 milhões de m². Vinculada ao objetivo 12 também, a meta 45 é pavimentar 160 mil m² de vias; tivemos, no período 2013-2016, 84 mil. Meta 46: reduzir em 15% o índice de mortes no trânsito; 2013, 0,87 por dez mil habitantes; 2014, 0,94; 2015, 0,68; 2016, 0,62; a meta é 0,52. Também vinculada ao objetivo 12, a meta 47 é concluir 100%

das obras da copa em andamento; tivemos pagamento até dezembro de 2016 de R\$ 512 milhões e faltam pagar ainda R\$ 642 milhões e concluir as obras da Copa. Objetivo estratégico 12, meta 48, revitalizar 10 km da orla do Guaíba; meta 49, concluir as obras do Pisa – Programa Integrado Socioambiental. Objetivo estratégico 13: ampliar a transparência na utilização de recursos públicos e a participação do cidadão nas decisões governamentais. A meta 50 é ampliar efetivamente a transparência, o debate e os canais de participação do cidadão garantindo o engajamento de 50 mil pessoas; no ano de 2014 tivemos 17.582 participações; 2015, 20.657; 2016, 11.726; pretendemos chegar, até 2020, em 50 mil. Objetivo estratégico 14: buscar a eficiência na administração pública e promover parcerias com os demais agentes econômicos. A meta 51 é captar R\$ 1 bilhão de recursos privados para atendimento de obras e serviços públicos não suportados por recursos do tesouro municipal; e a meta 52 é garantir que 100% dos processos administrativos sejam abertos eletronicamente; em 2016 foram 63%. Objetivo estratégico 15: valorizar e motivar os servidores. Meta 53: aumentar em 30% a quantidade de serviços municipais capacitados por meio de cursos promovidos pela prefeitura ou parceiros; no período 2013-2016 tivemos 12.298 servidores treinados, e a meta 2017-2020 é de 15.987. Objetivo estratégico 16: implantar uma gestão fiscal justa e sustentável. A meta 54 é zerar o déficit do Tesouro Municipal; em 2014 o déficit foi de R\$ 265 milhões; 2016, R\$ 461 milhões; 2017, projeção de R\$ 815 milhões de déficit de recursos do Tesouro, a meta é chegar a 2020 com esse déficit de recursos do Tesouro zerado. No objetivo estratégico 16, a meta 55 é atingir resultado primário suficiente para pagamento dos encargos da dívida, R\$ 130,5 milhões; resultado primário em 2013, R\$ 234 milhões negativos; 2014, R\$ 50,9 milhões positivos; 2015, R\$ 63 milhões positivos; 2016, R\$ 196 milhões negativos; a meta é R\$ R\$ 130 milhões positivos até 2020. A meta 56, também vinculada ao objetivo estratégico 16, é elevar para 36% a participação das receitas de tributos próprios na receita corrente líquida do município; 2013, 35%; 2014, 34%; 2015, 34%; 2016, 33,7%; a meta é elevar para 36%. Também vinculada ao objetivo estratégico 16, a meta 57 é melhorar em 22% o resultado da qualidade de Gestão Fiscal no Índice FIRJAN; 2014, 0,68%; 2015, 0,62; 2016, 0,63; Rio de Janeiro, o *benchmark*, 079; pretendemos chegar a 0,77. A última meta, também vinculada ao objetivo estratégico 16, é a 58: atingir *rating* A na classificação de capacidade de pagamento da Secretaria do

Tesouro Nacional; tivemos o *rating* A- em 2012; B+ em 2013; B em 2014; B em 2015; B em 2016; pretendemos elevar o nosso *rating* ao nível A até 2020.

Essas são as 58 metas, agradeço e ficamos à disposição para esclarecimentos, conforme o nosso Edital. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Secretário Parode. A nossa Mesa está cumprindo rigorosamente com seus prazos e gostaríamos de manter a nossa Audiência nesse ritmo. Conforme a deliberação do nosso Edital, neste momento encerramos nossas inscrições e passaremos a chamar os inscritos para fazer as suas manifestações. O tempo de manifestação é de dois minutos e, quando faltarem 30 segundos, a Mesa informará ao inscrito para que ele possa encaminhar a conclusão da sua fala.

Antes de dar sequência, gostaria de saudar a presença da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Dr. Goulart, que também estão presentes na Audiência pública desta noite, e saudar todos os conselheiros do Plano Diretor da Cidade em nome do seu Presidente em exercício, o arquiteto Luiz Gomes, presente na noite de hoje, também a todos os conselheiros do Conselho Municipal do Idoso, em nome do seu Presidente Lélío Falcão.

Convido a Cacica Acuab, da etnia Charrua, para fazer a sua manifestação; após, o conselheiro do OP, Felisberto Luisi.

A SRA. CACICA ACUAB: Boa noite a todos. Que Deus nos abençoe. Sou a Cacica Acuab, primeira mulher Cacica-Geral do povo Charrua do Rio Grande do Sul. E não tenho arrependimento de ter nascido mulher. E sou uma grande Cacica, não importa o nosso tamanho. Estou com documentos, Sr. Prefeito (Ininteligível.) casinha humilde há dez anos e poucos. (Ininteligível.) até agora não aconteceu. O que está no documento está na (Ininteligível.) também, o projeto das casas. Tem uma infraestrutura construída lá. Aguardamos a sua visita com o nosso povo. Dentro do Rio Grande do Sul tem três etnias, as duas outras e a Charrua. (Ininteligível.) eles viram o rosto e dizem que não existe, mas aqui está a Cacica Acuab do povo Charrua do Rio Grande do Sul que luta, e não vamos (Ininteligível.). E mesmo o índio, sem casa, não tem saúde, mas tem o (Ininteligível.), que é cadeirante e é lutador; tem a Guiomar da minha aldeia que não fala, não ouve e tem (Ininteligível.) missioneira, e Bruna, que é deficiente visual. Nós precisamos das nossas

casinhas. Contamos com a ajuda do Sr. Prefeito, (Ininteligível.) e todo o povo daqui. Muito obrigada. (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Cacica, por sua contribuição. Convido o próximo inscrito Felisberto Luisi; após, a Delegada do OP, Laura Machado.

O SR. FELISBERTO LUISI: Boa noite a todos e a todas. Quero saudar o Prefeito Nélon Marchezan; a Secretária Maria de Fátima Záchia, minha colega no Rosário há muitos anos; saúdo todos os secretários; Nenê; Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta. O importante nesse processo de discussão da nossa Cidade é que ele deve priorizar a discussão com os conselhos municipais, com o Conselho do Orçamento Participativo, para que juntos possamos construir metas, para que a gente assuma o desenvolvimento da Cidade. Porque os conselhos municipais e o Conselho do Orçamento Participativo já vêm construindo esta Cidade há 28 anos, assumindo a sua responsabilidade na alocação de recursos, no controle fiscal. Porto Alegre é exemplo para o mundo na participação cidadã. O seu Governo não pode perder essa característica! O OP é referência não só de Porto Alegre, mas também do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil para o mundo! Porto Alegre é conhecida a partir da participação cidadã. Então temos que retomar a discussão profunda com o OP, com as temáticas da circulação e transporte, da cultura, respeitando os espaços construídos ao longo desses anos.

Então eu peço ao Prefeito que estimule seus secretários a irem nas regiões do Orçamento Participativo, aos conselhos municipais discutir e construir a política. Nós somos adversários políticos, mas não somos inimigos da Cidade. Nós queremos construir uma cidade com responsabilidade coletiva. Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Felisberto. Gostaria de saudar a presença do Diretor-Geral do DEMHAB, Mário Marchesan; do Diretor da EPTC, Marcelo Soletti; do Presidente Adjunto da FASC, Joel Lovatto, e da Diretora do DMAE, Luciane de Freitas.

A Delegada Laura Machado está com a palavra.

A SRA. LAURA ELISA MACHADO: Boa noite a todos. Gostaria de saudar o Conselho do Orçamento Participativo, porque eu estou aqui representando o Conselho do Orçamento Participativo. O meu ponto é específico, Prefeito Nelson Marchezan, estendido ao senhor e a todos os seus secretários: respeito ao Orçamento Participativo, que existe na cidade de Porto Alegre há 28 anos. Por quê? Porque nós compramos a briga juntos. Nós estamos cortando na nossa carne dentro da comunidade. Nós não vamos demandar, nós não vamos fazer novas plenárias. Eu vejo, dentro do seu Prometa, 100% de execução da obra da Copa e não ouvi falar das demandas do Orçamento Participativo. A minha pergunta é: como será feito esse crescimento para 50 mil participantes até o ano de 2020 sem consultar o OP? A segunda pergunta: quais serão os critérios utilizados pelo DEMHAB para a conclusão da meta de atender a demanda habitacional? Nós temos um passivo de 2.500 hoje; se nos chamarem para conversar, vai haver um decréscimo, por quê? Porque tivemos a consciência, nós vimos a não participação, nós vimos a questão das comunidades que hoje já têm a demanda executada. Muita coisa não foi decrescida, não foi tirada do livro e (Ininteligível.) passivo muito grande. Também, Prefeito, eu gostaria de pedir que esta apresentação, ótima audiência pública, beleza, maravilha... Mas nós somos a representação, pode ser ínfima, mas mobilizamos a comunidade, nós estamos lá dando a cara para bater e queremos que os seus secretários estejam na base, junto conosco apresentando o Prometa para nós também. É isto que nós pedimos: que as 17 regiões e 6 temáticas do Orçamento Participativo tenham esta apresentação, porque nós mobilizamos e somos parceiros – o senhor sabe disso –, nós cortamos na nossa carne, estamos lá na comunidade dando a cara para bater. Amanhã de noite, na região Eixo Baltazar, da qual eu faço parte, estaremos novamente discutindo e tirando demandas que a gente sabe que talvez não sejam executadas. Uma boa-noite e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Delegada do Orçamento Participativo, Laura. Queremos saudar a presença dos Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura, também presentes na Audiência Pública desta noite. Convido, imediatamente, a conselheira do Orçamento Participativo da região do Cristal, Jurema Barbosa, para sua manifestação. Logo em seguida, o Presidente do Conselho Municipal do Idoso, Lélío Falcão.

A SRA. JUREMA BARBOSA SILVEIRA: (Saúda os componentes da Mesa de demais presentes.) A Laura colocou aquele sentimento que a gente tem hoje, Prefeito, na cidade de Porto Alegre. Nos 28 anos de OP, essa foi a primeira vez que chegou para a gente tirar demandas, deixar algumas demandas para trás. Nós estamos sendo cobrados dentro das comunidades. Por que isso acontece? Porque a pessoa que vai para lá fazer a demanda tem necessidade. Porto Alegre hoje é o que é porque, há 28 anos, nenhum Prefeito governo sozinho. Governa com diálogo, junto com as comunidades, principalmente indo às regiões, para conhecer suas necessidades, olhando olho no olho. Acho que a gente mostrou já que somos bem parceiros deste ou de qualquer governo, sabendo das necessidades, que hoje não são somente de Porto Alegre, mas do País. Mas também não podemos abrir mão da nossa conquista que é o OP. Queremos ser respeitados, sim, enquanto liderança e enquanto representação.

Já vindo ao caso, quero lhe dizer que fiquei muito chateada neste final de semana, quando teve uma reunião do Vice-Prefeito com empresários, com o pessoal do *Jockey Club* tratando da comunidade, a qual eu moro ao lado, que é uma comunidade que está sendo regularizada pelo Programa Integrado Socioambiental, e nem eu e nem os meus colegas de conselho fomos chamados para essa reunião, pelo menos, para ouvir. Quer dizer, reuniram-se para falar das nossas vidas, das pessoas que a gente representa e não nos chamaram. A gente passou o feriado todo respondendo para as pessoas que não sabíamos o que estava acontecendo e ouvindo as pessoas dizerem: “Mas vocês não são lideranças?” Infelizmente, isso não acontecia e passou a acontecer. A gente não quer ser o dono da Prefeitura, mas queremos ser respeitados, sim, porque somos eleitos, sim, dentro das comunidades, para respeitar eles, e eles nos cobram. E nós temos que vir aqui e cobrar de vocês.

Para concluir, eu quero agradecer ao primeiro Secretário que nos recebeu enquanto região, o Presidente do DEMHAB, o Mário, que é uma pessoa que está pronta para fazer o que mais se necessita, o que mais angustia dentro de Porto Alegre: a necessidade de moradia. Não adianta todas aquelas metas que o senhor botou ali, o senhor querer botar em prática, enquanto não atender às moradias. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Conselheira Jurema. Eu gostaria de agradecer a presença dos Conselheiros do Conselho Municipal de Educação

e também do Conselho Municipal da Juventude, na pessoa do seu Presidente, Dante, presente nesta audiência.

O Sr. Lélío Luzardi Falcão, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, está com a palavra.

O SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu pediria que os idosos levantassem a mão para termos uma visão de quantos estão conosco aqui, por gentileza. Mas, ao final de sua gestão, meu Prefeito, serão 30% em Porto Alegre, 300 mil idosos estarão em Porto Alegre ao final de sua gestão. Então, nós queríamos, primeiro, que, no Plano de Metas, houvesse algumas considerações a mais sobre a Cidade Amiga do Idoso, sobre a condição do Plano Municipal do Idoso, temos que o atualizar – ele está com vários erros –, sobre o Plano Internacional de Envelhecimento, que é um documento que nos causa muita angústia. E gostaríamos, sim, que o Fumid, que é o Fundo Municipal do Idoso, pudesse ser um elemento alavancador das contribuições daquele um bilhão que o senhor fala, que a condição, principalmente da habitação, nós pudéssemos trabalhar, já que os meus conselheiros, nós estivemos reunidos hoje à tarde, mas que pudéssemos ter em Porto Alegre o primeiro Condomínio especificamente para idosos, numa condição de trabalho. As outras metas estão dentro dos planos, e depois vamos repassar às suas secretarias específicas para trabalhá-los, como foi definido hoje na reunião do Plano do Conselho Municipal do Idoso. Agradecemos muito por esta audiência pública e esperamos que, cada vez mais, Porto Alegre seja uma cidade amiga do idoso e de todos os demais, porque, afinal de contas, quem é amigo do idoso é amigo da criança e dos demais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Lélío. A Sra. Liane Souza Farias, do Orçamento Participativo da região Ilhas, está com a palavra.

A SRA. LIANE A. SOUZA FARIAS: Boa noite a todos. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria de saber quais os projetos para as ilhas, porque os nossos projetos, quando chegam, ou são podados ou terminaram. Isso para nós é horrível. Como conselheira do Orçamento Participativo peço que todos os secretários

tenham um mínimo de respeito por nós das ilhas; por a gente morar na ilha, a gente não está de costas para Porto Alegre, nós estamos de frente para Porto Alegre. E isso é horrível porque é um sentimento que nós, moradores das ilhas, sentimos: de costas para Porto Alegre, mas, na verdade, nós estamos de frente para Porto Alegre. Eu gostaria de saber como é que vão ficar os postos de saúde das ilhas, porque, na enchente, é horrível; já não tendo enchente, o atendimento já é horrível, imagina tendo enchente. Isso eu quero saber. Qual é o projeto que tem para as crianças e os idosos das ilhas? Nem assistente social tem vontade de nos atender nas ilhas. A gente chega lá, e eles nunca estão dispostos a atender a gente, é uma falta de respeito com os moradores das ilhas, a gente só é lembrado em tempo de enchente e em tempo de eleição – isso aí é marcadinho. Outra coisa: eu quero saber a quem nós das ilhas pertencemos? Porque, quando toca para as ilhas, ou a gente é do Estado, ou a gente é federal. Eu quero saber quem é o pai da criança, porque um empurra para o outro, não tem definição se a gente é do Município, se é do Estado. Quero saber também como está o projeto sobre a ponte porque, querendo ou não, vai ser uma mudança muito grande na nossa ilha, e até hoje a gente não tem resposta de nada. A ponte está sendo tocada; agora, em relação ao terreno para onde vão ser realocadas as pessoas, só vejo mato, mato e mais mato. Eu quero saber quando isso sai do papel, para a gente acreditar. E, por favor, respeitem o Orçamento Participativo; se não é o Orçamento Participativo, Porto Alegre não é o que é. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Liane. O Sr. Fábio Cunha está com a palavra.

O SR. FÁBIO CUNHA: Boa noite a todos e a todas. Sou ator, Presidente do SATED, Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos Diversões do Estado do Rio Grande do Sul. Primeiro, Prefeito, pague a Cultura! A Cultura precisa de investimento e precisa de dinheiro. Mas eu vim aqui para falar da meta 29: garantir que 15% da capacidade média de público dos espetáculos, nos espaços municipais, sejam disponibilizados gratuitamente para as pessoas de baixa renda. Quem vai pagar isso? Vai sair, de novo, do bolso do artista? Sendo que 40% já é destinado para meia-entrada, mais 15%, a gente está falando em 55% da capacidade! Isso vai elevar o nosso ingresso; elevando o nosso ingresso, a gente perde para as salas de cinemas. Querem dar acesso à baixa renda?

Utilizem a descentralização, contratem os artistas, contratem os espetáculos, levem para a periferia, a gente vai ocupar as praças, a gente vai ocupar as associações de bairro, vai ocupar as escolas com espetáculo de teatro, dança, circo. Se vocês forem fazer essa meta, que comecem pelo Araújo Vianna, então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Fábio. A Sra. Isabel Medeiros, do Conselho Municipal de Educação, está com a palavra.

A SRA. ISABEL LETÍCIA MEDEIROS: Boa noite a todos e a todas, às autoridades da Mesa. Saúdo, em nome do Conselho Municipal de Educação, os participantes desta audiência pública. O Conselho, por competência, por interesse, por compromisso, fez uma análise a partir do material que está disponibilizado no *site* da Prefeitura, das metas que nos concerne, a respeito, então, da Educação. A primeira afirmação que nós gostaríamos de fazer é que as políticas educacionais são políticas que dependem do investimento a longo prazo, por isso nós temos os planos decenais estabelecidos em lei, o Plano Nacional de Educação e também o nosso Plano Municipal, que foi aprovado aqui nesta Casa, inclusive com a participação de muitos Vereadores durante o processo de debate. Então, esse é o nosso referencial, e, nesse sentido, nós queremos colocar que as metas, em relação à Educação, deveriam ser aproximadas do que está posto nos planos municipais de educação, não carecia que o Governo fizesse uma nova meta, já que essas metas foram debatidas pela Cidade e estão colocadas aí. Eu sugeriria, inclusive, que fosse também pensada, além do atendimento, a ampliação do zero a três e do quatro a seis, que tem que ser universalizado não pela sua demanda, mas pela população total dessa faixa etária. Queria apontar também a necessidade de qualificação e a fiscalização dos espaços da Educação Infantil; o grande trabalho do Conselho, um dos maiores, seria a autorização e o credenciamento das instituições, porque hoje a maioria está irregular na cidade de Porto Alegre. Então, seria muito importante que fizéssemos um esforço nesse sentido da regulamentação. Também, sobre as metas do Ensino Fundamental, que elas se aproximassem, sim, dos planos. Também queremos apontar, concluindo, um erro no que está posto aqui, pois coloca 200 questões da Prova Brasil. A Prova Brasil não tem questão. Então, a gente, faz, na nossa manifestação que está disponível, um arrazoado

sobre como é que se organiza e queremos reforçar que a nossa meta é construir um sistema participativo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite, boa noite Prefeito, Secretário e Secretárias; boa noite a todos. Eu quero dizer que recebemos em 30 de março o Prometa e obviamente nos debruçamos sobre cada uma das metas apresentadas. Eu quero dizer, com toda a sinceridade, Prefeito, que o Prometa, para nós, acaba sendo uma carta de intenções. Uma carta de intenções porque não tem um cronograma de execução; uma carta de execuções porque não tem os recursos, nem a previsão orçamentária para que cada uma dessas metas seja atingida. Tenho certeza de que outras audiências precisam ser feitas e, mais, os conselhos municipais precisam ser ouvidos, foi uma das reclamações que se ouviu aqui em relação a cada um dos temas. Mesmo algumas metas tímidas como a ampliação de apenas 10% do atendimento do Programa de Saúde da Família, não condizem com os atos desses primeiros 100 dias de Governo. Por exemplo, a meta 50 fala do engajamento, da participação social, e nós defendemos a democracia direta, mas o Orçamento Participativo teve a suspensão da realização daquilo que foi votado e não foi chamado para discutir esse cenário de crise municipal e de busca de alternativas. A meta 30 fala de alternativas para emancipação da população em situação de rua, ao mesmo tempo em que as verbas da FASC estão sendo cortadas, e muitas não são repassadas. Há um contingente de quatro mil pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre; alguns dos Centros POPs ficaram fechados diante da falta de pagamento para os servidores, e nós estamos vendo uma crise na Assistência Social. A meta 33 e a meta 34 tratam da moradia; a 33 fala da regularização fundiária de duas mil casas numa Cidade que tem 700 comunidades irregulares. E a 34 prevê a construção de quatro mil casas no Minha Casa, Minha Vida, e nós temos um déficit de 52 mil pessoas. Mesmo diante dessas metas tímidas apresentadas, nós achamos que justamente as primeiras iniciativas do Governo têm sido na contramão do avanço dessas políticas sociais. Termina com duas que nos parecem bastante importantes: a meta 11 fala da patrulha da Guarda e da ampliação, da melhora, da rapidez no atendimento. Nós temos um concurso aberto,

temos 200 cargos vagos para a Guarda Municipal na cidade de Porto Alegre e não tem sequer previsão! O Governo sequer apontou o chamamento desses trabalhadores. Depois, nós temos a questão da meta 28, que já foi abordada pelo Fábio, da descentralização da Cultura, e nós temos até agora os artistas sem receber aquilo que prestaram ao Município de Porto Alegre. Nós temos a questão do objetivo estratégico nº 15, que é valorizar e motivar os servidores municipais, que têm que ser os grandes parceiros para a construção de uma política da Cidade. Mas a gente vê dia sim, dia também a Prefeitura ameaçar salário, a Prefeitura atacar direitos dos trabalhadores; mandaram para cá o pacote, que é um verdadeiro arrocho salarial na medida em que tira a vinculação da inflação. Então, são temas que mostram uma incoerência, uma contradição entre o que está escrito no Prometa e o que tem sido aplicado pela sua Administração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Carlos, que está dirigindo os trabalhos; nosso Prefeito, Secretariado, nosso colega Janta, demais Vereadores e Vereadoras, público que acompanha aqui a nossa audiência pública. Separei aqui dez metas e gostaria que os Secretários correspondentes depois pudessem falar um pouco mais sobre elas. Posso citar aqui, por exemplo, as três primeiras: a 1, a 5 e a 9. A 1 trata da ampliação do Programa de Saúde da Família; a 2, nas oito unidades de saúde com ampliação do atendimento médico; a 5 trata da redução do tempo de espera da consulta especializada. Como será feito isso? Será criada uma central de especialidade? A 1, a 5 e a 9 tratam da saúde; a 13 e a 14, segurança pública; a 20, educação infantil, que é uma enorme dificuldade; a 32 e 33, déficit habitacional e regularização fundiária. E faço questão de dizer que o déficit habitacional, como a Fernanda falou, é muito alto, e estão propondo mais quatro mil unidades. A própria Caixa Econômica Federal propõe-se a fazer um financiamento de dez mil unidades/ano. Essas unidades serão feitas com a parceria do Minha Casa, Minha Vida? Eu queria que cada Secretário explicasse como se alcançará os índices propostos. Por exemplo, a 47, das obras da Copa, sabemos que os recursos são escassos, como o Prefeito tem falado, mas se falou muito na campanha que os

recursos eram federais, questionando por que parou a obra. Então, como será buscado esse recurso para poder concluir as obras da Copa? E a 50, como todo mundo está falando, é a questão do Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo pretende atingir em torno 50 mil cidadãos. Nos anos anteriores, atingia 12, 13 mil. Vai atingir 50 mil cidadãos de que forma, se está suspenso?

Nós precisamos mostrar claramente que essa questão das metas é uma coisa séria. Para ser séria, temos que alcançar detalhadamente. Não há como acreditarmos em algo que nos dá a impressão de que é quase impossível, o que se percebe claramente aqui nessa questão de o Orçamento Participativo atingir 50 mil pessoas. Se o Orçamento Participativo ficar paralisado em torno de dois anos, como está sendo dito, em dois anos vamos atingir isso? Como vamos realizar as mais de duas mil obras se estão paradas no OP? É uma enorme indagação, por isso sugiro explicação clara sobre todas as metas de acordo com o secretariado. E sugiro aqui, Prefeito, um acordo com a Câmara, para nós colaborarmos, porque sei que têm vindo aqui inúmeros Secretários nas quintas-feiras, que se faça um calendário, para tentarmos contribuir mais e melhor, na medida em que há questionamento sobre a ação de cada Secretaria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): O Sr. João Alberto de Lima Souza, conhecido como Chiquinho dos Anjos, Conselheiro da Temática de Cultura do OP, está com a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO DE LIMA SOUZA: Boa noite, Prefeito Marchezan, gostaria de saudar todos da Mesa, saudando esta grande audiência, ela é histórica para nós. Estão propondo essas metas para nós, é um primeiro encontro, assim como nós, da comunidade, também estamos propondo as nossas metas, que são os nossos planos de investimento, que são as nossas demandas que devem ser cumpridas. A gente sabe que essas demandas não foram acumuladas no seu Governo, mas existem, tem o seu Prometa, e nós temos as nossas promessas também para serem incluídas. Quero dizer para o nosso Ver. Oliboni que o Orçamento Participativo não está parado, as pessoas estão participando, estão indo às reuniões, nós apenas concluímos que não devemos fazer demandas se não há recursos para cumpri-las. Nós decidimos isso, junto com as nossas comunidades, com aqueles que participam, por isso o orçamento é participativo.

Não admitimos pessoas que falem do Orçamento Participativo sem estarem participando ou na sua região ou na sua temática ou no seu local.

Sou conselheiro da temática de Cultura e me preocupou bastante, acho que precisamos incluir um objetivo estratégico, 16, para a nossa juventude, para as nossas crianças, através das oficinas. Prefeito, as oficinas têm tirado a gurizada da rua – o *hip-hop*, a capoeira, todas essas oficinas que temos –, precisamos dar continuidade a elas. Nós não ouvimos aqui também falar da questão do nosso carnaval, nós não ouvimos falar da questão dos nossos gaudérios, dos nossos gaúchos. Então, Prefeito, estou o convidando, o seu grupo, para apresentar o Prometa nas nossas regiões, nas nossas comunidades, para que a gente possa estar definindo com maior clareza quais são as nossas metas para a nossa comunidade. A gente respeita, o senhor foi eleito Prefeito, tem todo o direito de montar a sua equipe, trazer essa proposta que a gente está acatando agora, mas também nós temos as nossas propostas. Nós queremos objetivamente que haja coisas mais específicas com as demandas do Orçamento Participativo: habitação, educação, saúde segurança, todas aquelas propostas que temos no nosso plano de investimento. Nós já fizemos o nosso tema de casa. As nossas reuniões continuam nas regiões, pessoal, vamos participar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): O Sr. José Dorlei dos Santos, Conselheiro do Orçamento Participativo da Região Leste, está com a palavra.

O SR. JOSÉ DORLEI DOS SANTOS: Boa noite, Prefeito, em nome do Prefeito já cumprimento toda a Mesa. Boa noite ao plenário, especialmente ao pessoal que forma o Orçamento Participativo, esse instrumento democrático de se levar. Sei que o Felisberto e a Laura foram muito felizes nas suas colocações, e eu também fico preocupado no momento em que vejo se falar da metas, de cumprir todas as obras da Copa mas não ouço falar em cumprir as demandas atrasadas que temos no Orçamento Participativo. Quero dizer que sou fundador do Orçamento Participativo, Chiquinho, e tenho participado sempre. O Orçamento Participativo, com essa ideia de não ter demanda novas este ano, ele acabou esvaziando sim. Eu votei contra, fui voto vencido, mas votei para que tivessem demandas. O que está acontecendo hoje? Fomos voto vencido, vamos trabalhar com as demandas que estão atrasadas, mas nós queremos um compromisso do Prefeito, para

que venha cumprir aquela filtragem, aquelas demandas que foram fazer na região. O que está acontecendo nas nossas plenárias regionais? Para não esvaziar – porque daqui a pouco vamos fazer uma reunião lá na nossa região para marcar outra, uma plenária para marcar outra, isso não é possível! –, nós estamos fazendo ali fórum de serviço e convidando os secretários para se fazerem presentes e para a gente discutir. Então quero pedir que o senhor faça que os secretários participem das nossas plenárias regionais, porque o 1º secretário já foi convocado e não se fez presente. No dia 8, agora, nós temos o nosso FROP, e eu gostaria que a pessoa que já foi convocada se fizesse presente, para nós dialogarmos e debater, senão, como eu disse, vamos fazer uma plenária para marcar outra, e isso não é possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): O Sr. Lothar Markus, da Associação do Bairro Anchieta.

O SR. LOTHAR MARKUS: A minha saudação ao Prefeito Marchezan, aos demais componentes da mesa, aos integrantes do Governo e a todos os presentes. Eu venho como representante da Associação dos Moradores do Bairro Anchieta e em situação desesperadora. Eu descobri onde é a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e fiz uma correspondência dirigida ao assessor Roberto Lima, do Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Ramiro Rosário, onde é listada uma série de providências solicitadas com relação às demandas não atendidas pelo Governo anterior. Também apresentamos uma demanda nova, o corte da vegetação no bairro Anchieta, que não foi feita até agora – tem coisas tão altas nas esquinas que ocorrem acidentes de carro, porque dificultam a visibilidade. Também com relação ao problema da casa de bombas nº 6, que, na verdade, são quatro bombas, mas estavam funcionando a 1 e a 2, e tinha outra, uma nova depois; deu um problema sério por causa da enchente em 2015, nós conseguimos fazer dispensa de licitação, e queimou uma parte elétrica também. Ainda hoje, na realidade, só tem uma funcionando, a nº 2; se der uma chuvarada como está dando no interior aqui, o bairro Anchieta vai ficar mais uma semana totalmente alagado.

Nós fizemos uma reunião com a Daniela Bemfica, do DEP, com os técnicos, e eles mostraram boa vontade, mas estão de mãos amarradas, como se diz. Então podemos gestionar junto ao DMAE, porque parece que não tem ninguém no DEP na parte de

manutenção, na parte elétrica, mecânica no momento. A licitação foi aberta e deu vazia. Então, junto ao DMAE, ver essa possibilidade. Na realidade, em cada prenúncio de chuva, temos que rezar para que não chova muito, senão o bairro vai ficar alagado mais uma semana como ocorreu em julho, em outubro e novembro de 2015. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Antes de passar a palavra para a Conselheira Rosa, peço aos inscritos que se atenham ao tema desta audiência pública, que é o Programa de Metas – Prometa. Nós sabemos que as comunidades têm uma série de outras demandas, mas tem os fóruns adequados para esses debates. Aqui a audiência pública é sobre o Prometa da Prefeitura Municipal. Com a palavra a Sra. Rosa Helena Mendes, do Conselho Fiscal de Saúde do Partenon.

A SRA. ROSA HELENA MENDES: Boa noite, Sr. Prefeito, Mesa, plenária. Faço coro aos nossos colegas que me antecederam nas suas falas a respeito das metas e da questão do Orçamento Participativo, portanto não preciso ser repetitiva. Mas não poderia deixar de estar hoje aqui falando sobre a questão da nossa UPA do Partenon, mesmo não estando ali na meta. Infelizmente, a gente tem que falar em algum lugar, e eu acho que hoje também é o dia aqui.

Então, Sr. Prefeito, precisamos muito que o senhor se engaje na nossa luta, pois nós temos uma comunidade muito grande, uma população muito carente que hoje está em torno de quase 300 mil pessoas – isso pelo IBGE de 2012, então acredito que já tenhamos muito mais. Por conta dessa população carente, sofredora, nós precisamos urgente que essa UPA saia da área da Susepe, nós estamos parados com as nossas documentações nessa secretaria do Estado. Precisamos que o senhor se engaje nessa luta para que possa desmaranhar de vez essa questão e possamos andar, visto que já temos projetos e tudo. Hoje nós temos essa população que precisa muito dessa UPA por conta da lonjura das outras, por conta da questão da segurança, ou seja, da insegurança hoje, tanto nos postos como na questão das áreas onde elas estão situadas. Portanto, precisamos, sim, que o senhor possa estar conosco se utilizando dessa meta 51, que possa estar nos beneficiando com R\$ 1 bilhão, parte dele, que possa estar nos beneficiando com essa construção. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): A Sra. Helenira Martins, do Comitê de Habitação da Vila São José, do Partenon, está com a palavra.

A SRA. HELENIRA MARTINS: Boa noite a todos, Prefeito, plenária. Hoje, foi muito importante nós termos sido convocados para virmos aqui. Só para reforçar, a Rosa Helena e eu participamos da municipalização da Saúde aqui. Só para o senhor saber, tem um grande movimento sobre a UPA que seria implantada, que seria no Partenon. Faço parte da comissão de habitação da Vila São José. Sei que os nossos aluguéis sociais estão sendo estudados, porque existia muita falcatura, como existe em todo meio político, só que, enquanto estão falando sobre milhões na televisão, as famílias estão sendo despejadas por causa dos nossos aluguéis sociais. Tem uma família que, em janeiro, caiu uma rampa em cima da casa dela, foram todos os serviços lá, e até o dia de hoje ela não ganhou aluguel social ainda, porque está suspenso o aluguel social. Para o pobre está tudo suspenso. Mas tudo bem. As casas de emergência, nem pensar, nem pensar para as pessoas, porque está sendo investigado porque tem muita falcatura no meio do quarto compensado, dez telhas! Eu acho que tem que ser investigado mesmo. Eu gostaria de trazer para o senhor, Prefeito, que o nosso déficit habitacional é muito grande em toda a nossa Cidade. Antes de 2009, nós já demandávamos a habitação na nossa região do Partenon e em toda a Cidade. Com o programa Minha Casa, Minha Vida nós achávamos que íamos conseguir ajudar o nosso povo e a nossa comunidade. Muitas famílias dentro dos esgotos, convivendo com ratos, onde nós demandávamos. O que nós fizemos? Toda a nossa comunidade nós levávamos de ônibus para o Orçamento Participativo. E a meta nº 50 não fala no Orçamento Participativo. Vamos respeitar a história do nosso povo do Orçamento Participativo, do Minha Casa, Minha Vida. Vai ser como agora? Gostaríamos de saber. Eu vou respeitar o tempo, mas tenho só um pedido para o Prefeito. Prefeito. O senhor é um Prefeito jovem, a gente aposta na juventude, o senhor poderia visitar cada região do Orçamento Participativo... Todos os delegados do Orçamento Participativo, o senhor vai saber o que aconteceu nesta Cidade. Nós, delegados, vamos lhe dizer, Prefeito, quem está do seu lado, quem traiu o povo e quem deixou o povo no esgoto. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Peço a todos os inscritos que, em respeito a todos que obedeceram o tempo e tiveram tempos iguais, possam se ater ao relógio. O Sr. Antonio Matos, do Fórum das Unidades de Reciclagem, está com a palavra.

O SR. ANTONIO MATOS: Boa noite, Secretário Carlos, boa noite, Prefeito, em especial, ao Secretário Ramiro, a quem eu pretendo dirigir a minha palavra. Eu sou um dos coordenadores – são dois – das 17 unidades de triagem de Porto Alegre. São 600 pessoas diariamente reciclando o lixo que é recolhido das suas casas. Somente duas toneladas por mês. Em três eixos se desdobram 16 objetivos estratégicos, 58 metas. Não consta nada, Secretário Ramiro, não passou por lá esse debate das metas? A questão ambiental é a salvação do Planeta, é a educação que precisa em cada família para reciclar. É diminuir o custo quando nós reciclamos, porque daí o lixo não começa a fazer turismo, que acaba lá em Minas do Leão, com um custo altíssimo para o Governo Municipal. Eu queria, Secretário Ramiro, conversar sobre isso. Conversamos hoje de tarde com todas as unidades, amanhã, teremos de novo a D.^a Aldiene, que trabalha lá no DMLU, que não consta aqui em nenhum momento. São 72 páginas que eu olhei, das 58 metas. Passa a impressão de que não existe limpeza urbana, que não tem um sistema. Muito bonito, Fundo Municipal que discutimos o ano passado aqui, aprovado pelos 36 Vereadores. É uma preocupação muito grande. Imagina a possibilidade de milhares de catadores e de 500 triadores não serem contemplados por aquilo que é a obrigação de todo o gestor público. Quero falar sério com o senhor sobre isso. Não podemos ficar esquecidos disso, nem pensar! Isso aqui é muito sério e muito importante. Eu assisti a tudo e é boa a iniciativa. Eu queria sinceramente marcar com o senhor, não nos conhecemos, não conheço o diretor que, até hoje, não teve um tempo pra conversar com a gente. Nós temos que ser recebidos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): A Sra. Karen Rezende Rosa está com a palavra.

A SRA. KAREN REZENDE ROSA: Boa noite a todos, eu sou delegada do Orçamento Participativo da Eixo Baltazar, faço parte do Conselho de Pais, Filhos e Mestres da Escola Lauro Rodrigues, uma escola municipal de Ensino Fundamental. Minha pergunta vai para

a educação. Eu queria saber onde que encontram, nesse plano de metas, dinheiro para terminar as construções de várias creches que estão depredadas, tem gente morando dentro, tem pontos de prostituição, de drogas, criminalidade nos arredores. E eu queria saber também como vocês querem assegurar os 65%, se é viável esse documento que eu recebi agora. A informação dos alunos de séries iniciais em Português e Matemática, sendo que, a avaliação nas escolas municipais é pouco satisfatório, satisfatório e plenamente satisfatório, onde o aluno da primeira série não sabe o (Ininteligível.). E mesmo assim é aprovado porque tem frequência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa noite, Prefeito Marchezan, representando aqui os colegas, novos Vereadores, Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, todos os Secretários, fico muito feliz de estar aqui esta noite. Parabenizo a organização, através da Secretaria de Relações Institucionais. Ouvindo aqui como legislador, queria dizer ao Prefeito que, conhecendo e estudando o Prometa, que esta Casa - e tenho certeza de que fala em nome também do Ver. Cláudio Janta – os Pares têm muitas críticas construtivas, mas acima de tudo um compromisso muito grande com tudo o que for benéfico para a Cidade. Independentemente de diferenças político-partidárias é uma noite muito feliz. Todos os assuntos trazidos aqui pelos Conselheiros do Orçamento Participativo são extremamente importantes, mas eu vejo na Administração uma vontade muito grande de efetividade, transparência e eficácia. Então, a gente não teria como, acredito, numa noite, tratar de todos os importantes problemas que a Cidade tem, mas eu gostaria de dividir aqui, neste momento, a satisfação de, neste plenário, ter convivido com Parlamentares, Vereadores, Prefeito, muito interessados nessa nova forma de gestão pública, uma forma objetiva, e saudar aqui de uma maneira muito especial os Secretários e Presidentes de autarquias e empresas públicas presentes pelo brilhante trabalho que vem sendo feito, de uma forma transparente e muito aproximada da Câmara de Vereadores. Obrigado. Boa noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Ver. Moisés. Gostaríamos de saudar a presença da Sra. Rita Carnevale, que representa o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Quero saudar o nosso Prefeito Marchezan e todas as lideranças comunitárias que estão aqui nesta Casa prestigiando este momento importantíssimo para o futuro do Governo. Quero destacar, Prefeito, a sua coragem em apresentar um projeto como este do Prometa e principalmente em mexer numa estrutura que precisava avançar, como o reordenamento das Secretarias, onde se visa a otimizar e a melhorar os serviços, para que a nossa Porto Alegre chegue lá na comunidade de baixa renda, lá nas pessoas que mais precisam. É a isso que o Governo tem que se dedicar. Não podemos esquecer que estamos passando por uma enorme crise econômica; não podemos esquecer de que o antigo Governo, do qual participei, com muito orgulho, deixou um déficit de mais de R\$ 500 milhões, além da crise econômica pela qual o Governo está passando. É preciso vencer a burocracia. Nós temos que ter programas como este e aprovar aqui o ajuste fiscal para que aqueles que estão ali nas galerias que sofrem dia a dia por falta de habitação, por falta de saneamento, por falta de saúde, por falta de tudo, tenham a sua situação básica atendida, porque o mínimo que o Governo deve fazer é providenciar para que o cidadão que mais precisa tenha a sua situação básica garantida para escolher o caminho que quer seguir, o caminho do bem ou o caminho do mal. Infelizmente, hoje, nós ainda estamos perdendo a maioria das nossas crianças e adolescentes para o crime. Isso nós temos que mudar. E o senhor vai ter, Prefeito, como sempre teve aqui, a parceria desta Casa para buscar uma Cidade, como já falei, com desenvolvimento e justiça social. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Ver. Luciano. O Enilson, o nosso Toco, do Conselho Popular da Glória, está com a palavra.

O SR. ENILSON (Toco da Glória): Boa noite, Prefeito, e a todos os presentes. (Problemas técnicos no som.) na meta de habitação, eu não poderia deixar de falar sobre a situação do povo da Glória, em duas ocupações: o Jardim Marabá e o Recanto dos

Gaudérios. São situações que estão em litígio, que estão se arrastando de ano para ano, e as coisas não são resolvidas. Aquelas pessoas estão morando muito mal, com água precária, com luz precária e não dormindo de noite por não saber qual vai ser a situação do dia de amanhã, porque é uma ação que está suspensa. Os proprietários já ganharam a ação, estão com reintegração de posse. Marabá, desde 2003, 800 famílias; Recanto dos Gaudérios, desde 2005, 300 famílias.

Sr. Prefeito, eu gostaria de solicitar uma visita sua e de seus Secretários para conhecer a situação daquelas famílias. Aí eu vou ficar tranquilo. Eu aposto neste Governo, por isso estou aqui hoje aproveitando esta oportunidade para levar para o senhor o desespero...(Pausa.) Nós estamos falando em famílias que não sabem o dia de amanhã. São 1.300 famílias. Eles não conseguem dormir mais porque, depois que veio esta notícia de que a Cidade está sem dinheiro, que não está assumindo compromissos feitos anteriormente, as famílias estão lá perturbadas com isso. Então, Sr. Prefeito, Secretários, Vereadores de Porto Alegre e lideranças, todas estas duas comunidades arrastam demandas desde aquela época que eu disse; são demandas antigas do OP, acreditando nesse processo, que eu acredito. Então, eu solicito a todos os presentes uma visita ao Jardim Marabá, que é o limite, 800 famílias, e ao Recanto dos Gaudérios, Belém Velho, 300 famílias. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Toco. Finalizando as manifestações da plenária nesta audiência pública, convido a Conselheira do Orçamento Participativo da Região Centro-Sul Rosa Labandeira a fazer uso da palavra.

A SRA. ROSA LABANDEIRA: Boa noite à Mesa; boa noite ao Sr. Prefeito, ao Secretário Carlos Siegle. Cumprimento a todos e os meus colegas do Orçamento Participativo, os guerreiros do Orçamento Participativo, não é pessoal? Porque, para persistir no OP, tem que ser muito guerreiro. Quero informar a esta Casa que o Orçamento Participativo discutiu, sim, Ver.^a Fernanda, nas regiões, a questão de não demandar, não fazer demandas este ano, e sim resgatarmos as demandas dos anos anteriores. O que nós queremos, Sr. Prefeito, é um caderno de investimentos, confirmando essas demandas que serão resgatadas, para que a gente possa ter a garantia e não perca o nosso trabalho, o nosso vínculo, apresentando para as pessoas o caderno de demandas

resgatadas. Isso sim, precisamos trabalhar junto com o senhor, junto com a Prefeitura. Uma outra coisa que eu gostaria muito: a Região Centro-Sul solicitou uma agenda com o senhor, e ainda não tivemos o retorno, para discutirmos a questão das moradias, que é uma das questões do Prometa. As regiões, gente, não têm condições. Há regiões que têm e regiões que não têm condições de formar cooperativas, porque aí as pessoas têm que ter recurso para a cooperativa, e existem pessoas que não têm o que comer. Como é que vão trabalhar no sistema de cooperativa? Que a Prefeitura garanta, Sr. Prefeito, que as regiões continuem, de forma organizada, com as associações e encaminhando as demandas para o DEMHAB, para que as famílias sejam atendidas. Não tem condições de nós mudarmos esse sistema.

Uma outra questão: quando uma entidade encaminha famílias para um determinado loteamento – por exemplo, para o Loteamento Belize -; aí, uma família lá conseguiu melhorar de vida e não vai ir. Então, a associação que indicou tem que ter o direito de indicar uma nova família. Porque eu não vou abrir mão para que Prefeitura ou a Caixa Econômica indique alguém no meu nome, a vaga é minha, a pessoa não foi, a vaga é minha, eu vou indicar o próximo. E essa pendenga tem dentro da nossa região, como tem dentro de outras regiões também.

Quero pedir também que as Ilhas sejam melhor vistas. Porque, realmente, como a Eliane falou das ilhas, elas são esquecidas em Porto Alegre, elas têm que ser melhor atendidas, são pessoas sofridas que moram ali e precisam desse atendimento. Como precisamos, Sr. Prefeito, que o senhor discuta conosco, e já vi que o senhor vai ter que criar mais um Prometa aí para atender o Orçamento Participativo. As demandas do Orçamento Participativo têm que ser engajadas aqui. Se não estiverem engajadas aqui, nós vamos brigar. Então, o senhor pense em criar um novo item e engajar o Orçamento Participativo. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, conselheira Rosa. Com esta manifestação, então, encerramos as inscrições para as manifestações do plenário nesta audiência pública. Passaremos imediatamente para as respostas da Mesa às demandas apresentadas. O Prefeito Municipal de Porto Alegre Nelson Marchezan Júnior está com a palavra.

O SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Boa noite, de novo. Se vocês não se importarem, para que eu possa tentar acompanhar as respostas, eu vou falar sentado. A minha ideia é, de alguma forma, falar sobre o que aqui foi questionado, perguntado e, depois, deixar que cada secretário, eventualmente, na minha incapacidade de entrar especificamente em alguma pergunta ou nas respostas que eles quiserem complementar, que eles possam se manifestar.

Não vou conseguir responder de imediato à cacica, eu não sei se depois o Mário Marchesan consegue responder com relação às nove casas que foram colocadas aqui. Ela deixou o material com a gente e iremos entrar em contato, embora isso não tenha uma relação direta aqui com o Prometa.

Com relação aos conselhos municipais e ao Orçamento Participativo, e respondendo ao Felisberto, eu respondo uma parte, de forma geral, a todos aqueles que falaram aqui, pelo menos uma parte das questões relacionadas ao Orçamento Participativo. Achei excelente a colocação do Felisberto, obrigado pelo respeito no sentido de que somos adversários políticos, não somos inimigos - isso é política! Muito obrigado por essa frase. Que ela simbolize este encontro e todos os demais encontros, que é o que tem simbolizado todos os encontros de que participei do Orçamento Participativo. As colocações sempre fortes, sempre críticas e sempre construtivas e respeitadas. Então, eu quero dizer que eu também respeito as decisões do Orçamento Participativo, e respeito inclusive a decisão de que não ia apresentar demandas novas este ano, até por uma questão de honestidade com aqueles cidadãos que, como tantos que aqui se manifestaram, que, ao longo dos últimos cinco, dez, quinze anos se deslocaram em cima de promessas, de demandas, de necessidades, na expectativa de que aquela demanda específica fosse atendida. E os senhores sabem, e muito melhor do que eu, que uma boa parte não aconteceu. Essa boa parte são milhares de demandas; essa boa parte é um índice de execução do ano passado, que não chegou a 10% de demandas que estão pendentes desde 92. E eu, particularmente, penso que essa foi uma decisão que eu adjetivo como madura, e eu admirei muito mais o OP por ter essa transparência no que se refere a neste ano reorganizar as suas demandas, ver o que efetivamente é possível, é viável fazer. Porque senão a gente vai alimentar sonhos. E apenas com sonhos, sem uma fundamentação prática, não se consegue mudar a vida das pessoas. Então, eu agradeço ao Orçamento Participativo e digo que é com essa mesma transparência, com essa mesma honestidade

é que nós vamos responder à possibilidade e aos valores destinados para atender as demandas. E, ao longo do ano, a gente vai fazer isso, se comprometer com aquilo que efetivamente vai acontecer.

Foi colocado aqui também pela Laura que a gente colocou 100% de finalização das obras das Copa, nos quatro anos. A gente colocou isso, Laura, porque o valor que falta para concluir as obras da Copa de 2014 é o mesmo valor que já foi colocado para as obras da Copa até 2014. Então, é um volume grande, que tem financiamento, mas para a gente acessar esse financiamento, a gente precisa pagar os R\$ 45 milhões pendentes daquilo que já foi feito e que não foi pago com recursos do Tesouro, que nós não temos, e precisamos colocar a nossa contrapartida. Estamos buscando financiamento em outro banco para conseguir acessar essa contrapartida, e aí a Caixa dá o valor percentual do financiamento.

Com relação à apresentação do OP, eu também acho que isso vai ser novidade para alguns secretários, gostaríamos de conversar com o OP, conversar com os Vereadores que querem aproximar, de uma forma mais transparente, o Governo da sociedade para que a gente possa não só discutir o Prometa, mas discutir também as finanças públicas, a questão habitacional, a questão da saúde e levar a saúde para os bairros. O nosso compromisso é de, no mínimo, duas vezes por mês, a gente levar uma boa parte da estrutura do Governo para aqueles bairros que nós vamos decidir em conjunto com o Orçamento Participativo e com os Vereadores, desde que, Laura, sejam bairros pobres e longe da maioria dos serviços públicos, para que a gente que está dentro de um problema gigante - e eu quero relatar aqui a admiração que eu tenho pelo esforço individual de cada secretário dentro desse desafio gigantesco que é essa situação atual da Prefeitura - possa ir lá e, pelo menos, em algum período, botar o pé, botar algumas rotas na sua vida, na vida real, na realidade. Para que as dificuldades de gabinete e de superar todas essas dificuldade financeiras não nos embruteçam. Esse é um compromisso e todos aqueles que pedirem que a gente vá, já está aqui o compromisso do Governo de fazermos essa aproximação da estrutura pública municipal do Executivo, no mínimo duas vezes por mês - ou sexta ou sábado -, para que a gente possa ir aos bairros. E aí o OP vai conversar, junto com a gente, nesses bairros sobre, enfim, tudo aquilo que a gente conseguiu organizar, estruturar, para ter uma manifestação, uma palestra, um espaço de crítica, de sugestão e de debate.

A Jurema também falou sobre as demandas do OP nos seus 28 anos, que a gente tem que avançar. Na reunião do Gustavo Paim com o Jockey Club, a gente sabe que tem um investimento gigantesco, talvez o maior investimentos dos últimos anos em Porto Alegre será realizado ali, em parceria com o Jockey. E há muitas demandas de licenciamento que ainda precisam ser superadas, para que esses recursos cheguem à vida real das pessoas, Jurema. Então o Gustavo Paim não estava só em uma reunião, se ele fez só uma, tem que fazer mais reuniões, para que a gente possa avançar e resolver essa questão burocrática, que é necessária, para que os recursos cheguem lá e que os investimentos troquem a vida das pessoas. Então nos critiquem pela reunião que ele fez, e nos critiquem por a gente não ter conseguido ainda ter avançado nisso. Mas é que a pauta é tão grande de licenciamento, e uma delas é a questão imobiliária, e tu podes pedir que o Mário Marchesan te receba, que é a pessoa que está cuidando dessa questão. Não tem nenhum problema. Mas muitas reuniões estão acontecendo para que tantas outras coisas avancem.

Lélio, a questão do idoso nos ajuda a montar questões, projetos viáveis – o Lélio já foi embora? – para a gente usar os recursos do Tesouro. Tem alguns milhões que estão no fundo. O nosso compromisso é: tudo que entrar agora, de imediato, botarmos lá, porque está carimbado; e aquilo que tiver projeto demandado do passado também liberarmos, conforme a demanda. Se conseguirmos construir vários projetos em conjunto, vamos atrás de patrocinadores para que possamos trazer recursos para cá.

A Liane falou sobre a questão das ilhas, que as ilhas estão de frente para Porto Alegre. Algumas pessoas já falaram essa frase, mas durante muito tempo Porto Alegre fica de costas para as ilhas. E lá a gente tem hoje muitas pessoas que vivem em uma situação de uma dificuldade gigantesca financeira, de situações que não são as recomendáveis do ponto de vista de saúde, de higiene e de humanização, ao lado de investimentos imobiliários. Isso foi uma ideologia acima do interesse público. Foi uma questão ideológica, às vezes até partidária, que emburreceu a máquina pública e levou as pessoas a viverem situações deprimentes, que não são justas. E alguns milionários conseguiram fazer investimentos, ou seja, nós construímos nas nossas ilhas um Apartheid – como era na África do Sul, na época do Apartheid –, onde nós só temos espaço para essas grandes diferenças. Então a gente tem que fazer um plano de manejo, acabar com essa ideologia que luta aqui em Porto Alegre para estar sempre acima do

interesse público e da vida real. E as ilhas, para mim, são o principal símbolo de que a máquina pública, muitas vezes, não ajuda a melhorar a vida das pessoas, ela só atrapalha.

Enfim, há uma série de perguntas relacionadas às ilhas aqui que entra a questão das crianças, dos idosos, do terreno. O Mário Marchesan pode atualizar especificamente sobre a questão do investimento que se refere ao projeto da ponte. Estamos trabalhando para que possamos liberar. O DNIT vai fazer os investimentos de infraestrutura necessários para que a gente tenha, veja bem, moradias dignas. Por que durante tanto tempo teve que ser ou tão difícil que só milionários conseguiam, ou de uma forma tão destrutiva para a vida das pessoas e para o meio ambiente? Vamos pegar como modelo de que é possível fazer investimento nas ilhas de forma sustentável para as pessoas viverem bem e vamos buscar investidores que botem dinheiro nas ilhas, para que as pessoas vivam e desfrutem daquele ambiente maravilhoso, que hoje, infelizmente, para ser bem desfrutado é só para quem tem alguns milhões.

A questão que foi colocada aqui pelo Fábio de pagar a cultura, a gente tem mais de mil fornecedores, Fábio, do ano passado. Vamos pagar agora, este ano, aqueles de 2016 de valor até R\$ 15 mil; e os valores acima de R\$ 15 mil a gente vai começar a pagar parcelado a partir do ano que vem. A gente sabe que isso não é o correto, a gente sabe que essa dívida é da Prefeitura, mas a gente não fabrica dinheiro, e essa é a realidade da nossa Cidade.

Quando tu falas sobre a Meta 29, dos 15%, sim, a meta vai ser cumprida, vai ser superada, mas nós não vamos tratar da Prefeitura como uma casa de favores com o dinheiro dos outros. Nós não faremos essa demagogia. Nós vamos conseguir esses 15% como uma política pública, na qual a estrutura pública municipal vai buscar os recursos para pagar esses 15% a 20% de acesso às pessoas que não teriam acesso se não fosse com essa ajuda. Não sairá do bolso dos artistas, pelo contrário, a ideia é de isso sejam recursos que gente consiga captar, coloque no bolso dos artistas para eles levarem àqueles que não teriam esse acesso à cultura.

Com relação à educação, eu vou deixar para o Adriano responder especificamente sobre as metas.

Com relação à Ver.^a Fernanda, que conseguiu aqui, nos dois minutos, fazer um elenco de questões. Eu vou tentar responder algumas aqui, se me escapar, os Secretários me

complementam aqui. Sim, realmente, o Prometa é, não parece, uma carta de intenções. E onde a gente coloca a previsão orçamentária é no Orçamento, conforme a lei determina. Antes do Orçamento, na LDO, na composição do Orçamento, e no PPA, que tem a previsão dos próximos quatro anos. O Prometa não exige previsão orçamentária para apresentarmos efetivamente. Tu disseste que não foi chamado para discutir no Orçamento Participativo. A gente foi até o Orçamento para falar da situação financeira. O Secretário da Fazenda apresentou todo o fluxo de caixa durante duas horas. Estamos abertos para ir ao Orçamento Participativo falar, conversar e debater. Sabemos que há pessoas em situação de rua. O repasse da FASC para as entidades vai aumentar; para as entidades que cuidam de deficientes vai mais do que triplicar o valor de recursos repassados, senão quadruplicar o valor de recursos repassados pela FASC, pela melhor gestão dos recursos. Então a gente sabe dessas dificuldades, a gente sabe que a gente tem, segundo alguns cálculos, 2.115 moradores de rua, na vida real talvez quatro mil, mas a gente também sabe que essas pessoas não chegaram lá ontem, e que tem vários motivos para elas estarem lá, e a gente vai oferecer, é o nosso compromisso, alternativas de independência para todas essas pessoas. Não podemos garantir que todas vão optar por não morarem na rua, mas podemos garantir, e estamos nos comprometendo, a oferecer as alternativas adequadas para cada um dos problemas que cada uma tem. Alguns têm problema mental, outros têm problemas com drogas, outros têm problemas de emprego, outros a droga expulsou de casa, outros problema econômico, outros estão longe da família, enfim, cada um dos problemas será atacado com as respostas adequadas para que a pessoa possa dizer: “Eu tive a oportunidade e eu não perdi essa oportunidade”. Nós vamos dar todos os estímulos necessários para essas pessoas.

A gente tem artistas sem receber e a gente tem várias pessoas sem receber da Prefeitura, inclusive do Orçamento Participativo, por isso não estamos nos comprometendo com aquilo que a gente não pode pagar. E para aqueles que a gente deve, a Prefeitura deve, embora não tenhamos sido nós, nós não estávamos aqui quando estes compromissos foram feitos, nem na Câmara de Vereadores, nem no Executivo, mas este problema, a partir da eleição, é nosso também, mas ele é dos Vereadores também, ele é dos servidores públicos também, e ele é de cada porto-alegrense. E se nós estamos aqui encaminhando um projeto para realmente não dar o aumento obrigatório da inflação para todos os servidores municipais é porque estamos falando a verdade, não há

recursos nem para pagar o salário. Isso não é arrocho salarial, isso é transparência. A grande maioria dos porto-alegrenses já sofre o arrocho na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura, e todos têm que pagar um pouquinho, e a contribuição dos servidores é abrir mão do seu aumento nos próximos anos, porque não há recursos. E já não havia no ano passado, e já não havia no ano retrasado, e quem quiser entrar na internet e ver o fluxo de caixa, vai ver como isso foi pago, e aí já respondo aqui àqueles que falam das inundações: o déficit é de R\$ 3 bilhões – é metade de todo o recurso da Prefeitura de um ano –, todo o recurso do DEP para que a gente possa efetivamente fazer os investimentos que a gente precisa fazer no DEP. Não há esse recurso, pessoal, e se talvez a gente fosse buscar alguma ajuda no DMAE, não tem mais como, porque o financiamento que o DMAE tirou para ser pago até 2032, ele pegou todo esse dinheiro do seu caixa e botou no caixa da Prefeitura para pagar o servidor no ano passado. Então a Prefeitura, nós, sem a receita do DMAE, vamos ter que pagar esse financiamento até 2032. Mas isso é um sinal de que já não tinha dinheiro no ano passado, não podia ter dado aumento no ano passado, foi dado o aumento, foram aprovadas aqui gratificações, e não sei como os Vereadores votaram, mas vocês aprovaram gratificações aqui nesta Câmara que a Prefeitura já não tinha condições de pagar. Nós vamos encaminhar aqui a retirada de algumas gratificações, principalmente aquelas que estão nos gabinetes, para que a gente consiga colocar recursos mais na base. Nós não estamos ameaçando atrasar salário, isso é um fato. Fernanda, eu lamento, não é uma opção, vai atrasar salário. E se nós aprovarmos tudo na Câmara de Vereadores – tudo! –, talvez a gente pague o salário atrasado, porque atrasar vai. Se nós não aprovarmos alguma coisa aqui, nós não vamos pagar o salário, e este é um fato que eu não posso mudar. Não fui eu quem criou esse fato, e eu estou sugerindo alternativas. Assim como aceito indicações para o Governo de todos, aceitamos sugestões de todos, todas as sugestões. O fluxo está aberto na internet. Qual é a sugestão? A gente aceita, para que a gente possa buscar alternativas financeiras para essa dívida que foi contraída antes, e que agora não tem recursos para pagar.

A redução do tempo de espera, que foi colocada aqui pelo Ver. Aldacir Oliboni, a gente acredita que com essas questões de abrir os postos até as 22 horas... O Posto Modelo abriu na semana passada, e no Posto Modelo e na São Carlos já teve mais de mil

atendimentos depois das 18 horas. Então a gente acha que realmente avançando na abertura dos postos até as 22 horas, a gente vai reduzir a demanda por atendimento.

E essa questão do OP, a gente espera que, em quatro anos, consiga ter uma relação mais transparente com aquelas pessoas que vão ao OP decidir e eles possam aumentar sua confiança no OP, e, por isso, também a gente acredita, que vai conseguir atender essa meta da participação de 50 mil cidadãos no OP. Meta para concluir as 2.500 obras não iniciadas ou pendentes do OP nós não temos. Pedimos que o OP pare este ano para a gente analisar, juntos, porque a gente não vai conseguir concluir as duas mil obras pendentes há vinte anos. Não vai! E nós não vamos fazer demagogia aqui para ver... Não vai concluir, não vamos conseguir concluir nestes próximos quatro anos as 2.500 obras. A gente precisa sentar, juntos, e ver o que dá para fazer, com toda a transparência, e isso sim, a gente vai prometer e vai ser entregue, nos prazos combinados, nas datas combinadas, nos valores combinados, aquilo que efetivamente é prioridade.

O Chiquinho falou do carnaval e dos gaudérios. Chiquinho, não vai ter dinheiro para o carnaval, nem para os gaudérios. Não tem dinheiro para a creche, não tem dinheiro para a merenda, não tem dinheiro para pagar servidor. A gente ajudou, neste ano, a conquistar 1,5 milhão de infraestrutura, de recursos destinados para o carnaval, e mais todos os serviços que a Prefeitura poderia oferecer, mas dinheiro do Tesouro eu teria vergonha de tirar das crianças sem creche para colocar no carnaval. A gente vai ajudar, e eu tenho certeza de que o carnaval do ano que vem vai ser um sucesso com dinheiro privado de investidores, e a gente vai ajudar isso. A mesma coisa o 20 de Setembro, dos gaudérios. Aliás, amanhã haverá reunião, com o Secretário Alabarse e o Presidente do MTG, para a gente tratar disto: recurso privado, porque nós não temos preconceito com o dinheiro privado. Nós queremos que todos que têm recursos gastem esses recursos na nossa Cidade. Invistam na nossa Cidade, especialmente nos nossos eventos culturais, porque a ideia, Chiquinho, é fazer uma cidade onde a pessoa possa se realizar naquilo que ela deseja, naquilo que ela tem vocação. Nós vamos gerar emprego, setor público não gera emprego, ele tem que facilitar e estimular.

O José dos Santos falou de cumprir as demandas atrasadas. Aquilo que a gente organizar de novo, a gente vai fazer. E as Secretarias estarem presentes nas plenárias, nós não vamos conseguir estar nas 17 plenárias, talvez até o final do ano, sim, nossa

interiorização duas vezes por mês, a gente leva à plenária daí para a interiorização e faz tudo junto e misturado nessa interiorização da estrutura pública municipal.

A Secretaria de Serviços Urbanos – aí eu queria falar para o Lotar bem direto, porque foi o Lotar que falou nas casas de bombas –, a gente tem que buscar alternativa, Lotar, a gente não vai conseguir resolver isso de imediato, não vai. São três bilhões. A gente tem casas de máquinas com quatro, cinco máquinas e só uma funcionando. A gente não vai resolver isso de uma hora para outra. A gente não chegou em três meses nessa situação, isso é ao longo dos anos, uma falta de investimentos, isso vai demorar. Estamos buscando outras formas de financiamento, não com o Tesouro, para a gente conseguir atender essa demanda. Seja financiamento, seja recurso privado, de todas as formas de PPP, de concessão, de privatização, qualquer nome que quiseres dar para alguém que venha e coloque dinheiro a favor do interesse público em Porto Alegre. A gente vai buscar todas as alternativas para tender essa demanda.

A UPA Partenon, se for critério técnico a necessidade, nós vamos atender; se não for critério técnico, eu preciso dizer a verdade: nós não vamos atender. A gente vai tentar levar o maior número de serviços de saúde pública, o maior número de pessoas, mais próximo das suas residências e das necessidades que existem lá. Tudo com critérios racionais e técnicos. A gente está escolhendo a abertura dos postos de saúde até às 22 horas com esses critérios. A gente vai investir em dezenas de equipes da saúde da família, porque a gente acredita que essa é uma ferramenta importante. E se a UPA Partenon estiver dentro desses critérios, nós vamos buscar recursos para abrir. Se ela não estiver dentro critérios, pessoal, a gente não vai atender vaidades. Eu sei que há uma necessidade de saúde lá, mas se a necessidade for suprida de outra forma, onde tenha um maior aproveitamento da comunidade, é nesse caminho que a gente vai, e que talvez seja UPA, talvez não. Eu não tenho condições técnicas de efetivamente dizer isso.

Com relação aos aluguéis sociais, eu sei que a gente tem que avançar na transparência dos aluguéis sociais; a gente tem que avançar na questão das casas de emergência, que foram colocadas aqui, todas e quaisquer investigações são bem-vindas, aliás, não tem nenhuma denúncia que não tenha um pedido de investigação nossa. Já fizemos pedidos para o Ministério Público, para a Polícia Civil, mas eu, pessoalmente, concordando com a opinião de quem falou aqui, não acho que tudo no meio político seja falcatrua. Aliás, eu

acho que não há salvação se não for através da boa política, que é o que todos nós estamos fazendo aqui.

A questão da reciclagem de resíduos, foi colocado aqui pelo Antônio. Tens razão, Antônio, falta, falta isso. A gente separou a questão da operação dos resíduos, com a Secretaria dos Serviços Urbanos, e a questão dos resíduos sólidos na questão mais ambiental, na questão de sustentabilidade, na Secretaria da Sustentabilidade. Esse é um grande desafio. Eu, particularmente, gosto muito dessa matéria, acho que a gente tem muito que avançar, talvez até a gente discorde inicialmente que algumas alternativas que há para essa área – até acho que vai haver um evento aqui, o qual o Beto Moesch organiza sobre resíduos sólidos, daqui a uma semana, ele me convidou. A gente, inclusive, o ajudou em algumas oportunidades para viabilizar esse evento. Então, é uma pauta pela qual, realmente, me interessa e que falhou, mas todas as tuas sugestões são muito bem-vindas.

Foi colocado aqui, pela Karen, sobre as obras paradas nas creches. A gente está fazendo um levantamento para ter acesso a todas essas obras paradas e buscar uma forma de concluir. E a tua pergunta é: “Como a gente vai conseguir atingir aquelas metas de aprendizado, se os nossos alunos têm muitas dificuldades aqui no desempenho de Português e de Matemática?” O primeiro passo revolucionário foi dado. A coisa mais importante que tem a escola é o professor dando aula para o aluno. Apenas com uma alteração de horário, a gente conseguiu 30%, quase um terço a mais, de contato do professor com o aluno – 30% do professor referência a mais por semana com o aluno. Então, isso é uma revolução, não só na educação municipal, mas também na segurança municipal, porque vocês viram aqui que 91% dos alunos terminam o ensino fundamental sem conhecimento mínimo em Matemática. Com isso, nós estamos empurrando essas crianças para onde não tem burocracia e não exige grande experiência, que é para vender droga na porta das escolas. Isso é revoltante, nós não podemos concordar com isso. E o Governo está disposto a enfrentar quem tiver que enfrentar para que essas crianças aprendam mais e tenham mais condições agora, enquanto crianças, para que no futuro sejam seres humanos mais felizes e mais realizados. Então, a gente sabe que as metas colocadas de aprendizagem são gigantescas, mas eu vou repetir o que eu falei no início: teria muito mais vergonha de não colocar efetivamente essas metas ousadas como objetivo máximo do nosso Governo de transformar a vida dessas pessoas do que não

atingi-las. Eu queria aqui agradecer as referências do Ver. Moisés e do Ver. Luciano, que aqui falaram. Quero dizer, Toco, que eu conheço a tua luta lá na Glória, se pudéssemos até já conversar contigo agora para marcar uma agenda no Jardim Marabá e no Recanto dos Gaudérios, já agradecendo aqui a confiança que tu tiveste em nós. E quero dizer para a Rosa sobre o caderno de investimentos, que a gente quer fazer alguma coisa verdadeira. O objetivo não é fazer um caderno, não é fazer uma relação de investimentos; é entregar - essa palavra é talvez a palavra mãe do Governo -, entregar o que é prometido, o que é comprometido, o que é dito, o que é falado. É entregar – essa é a meta dos nossos Secretários.

Queria, por fim, aqui, antes de passar para os Secretários, dizer que as dificuldades não são uma invenção, elas são uma realidade, são de todos nós, embora a maioria aqui nem soubesse de tantas dificuldades. Embora uma boa parte não tenha responsabilidade disso, mas ela é hoje responsabilidade de todos nós. Vai ser um ano muito difícil e as nossas ferramentas vão continuar sendo o trabalho, a transparência, dados reais, a verdade, continuar mantendo contato com vocês de forma direta e objetiva. Algumas áreas vão avançar este ano: área de segurança, eu acredito que vá avançar; área de saúde, eu acredito que vá avançar; área de cultura, eu acredito que vá avançar. E outras áreas vão avançar, mas tem uma parte de dificuldade que não adianta tapar o sol com a peneira, porque, no outro mês, aqui, agora, no final deste mês, a coisa vai apertar e, daqui a um mês e meio, a gente vai começar a ter que não pagar fornecedor. E assim a gente vai até o final do ano. Isso não é uma decisão de Governo, isso não é uma opção, Ver. Oliboni, isso é um fato, é uma realidade que foi construída a muitas mãos ou não, não interessa. Interessa que é uma realidade, e a gente vai para frente. Eu estou pedindo a compreensão de todos os Vereadores para que a gente aprove as medidas que a gente encaminhou para cá, e vai ter muitas outras medidas necessárias. E se todas as medidas que a gente apresentar forem aprovadas, pessoal, com toda sinceridade, nós só vamos empatar – empatar! – as despesas criadas com as receitas no final de 2018. E se a gente não conseguir aprovar uma parte do que a gente encaminhou para cá, é um aviso aos servidores: os salários vão atrasar sempre e, numa boa parte dos meses, eles não serão pagos. Eu reitero: isso não é uma opinião, isso não é uma decisão, isso não é uma escolha, isso é um fato. Eu tenho a convicção de que a gente tem que transformar esta crise gigantesca numa oportunidade para Porto Alegre, não vou dizer para a Cidade

renascer, mas para ela ter mais autoestima. A gente sabe que a autoestima está ruim; a gente sabe que a vida real está ruim; a gente sabe que a Cidade não está limpa; a gente sabe que a saúde não está boa; a gente sabe que a segurança está horrível; a gente sabe de um monte de coisas. E não adianta, sem quebrar os ovos, não se faz omelete. Sem enfrentar, de forma transparente, o que precisa ser enfrentado, a gente não consegue mudar este caminho. E a gente está chegando no fundo do poço e cavou ainda um pouquinho. Lá no fundo do poço, a gente cavou. Chega! Vamos olhar para cima, e eu sei que é mais difícil subir do que descer. Continuar cavando para baixo é mais fácil; e sei que subir é uma dificuldade gigantesca, mas a gente precisa começar. Estamos decididos a começar a subir todo este poço no qual Porto Alegre entrou e recuperar a nossa autoestima. Eu espero contar com a confiança de vocês, com a ajuda de vocês, e tenho certeza que eu posso contar com a confiança deste grupo de pessoas qualificado que faz parte do Governo. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Prefeito. Nós temos inscrito somente o Secretário Adriano, da Mesa, para complementações.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito boa noite, eu serei breve. O alinhamento das metas do Prometa com o Plano Nacional e o Plano Municipal de Educação se dá no espírito de que tenha o Prometa. O Prometa não apresenta um caminho, ele apresenta o ponto de chegada. Para chegarmos até lá, muito tem que ser feito e muito do que será feito vem ao encontro do que está colocado no Plano Municipal e no Plano Nacional de Educação. Então, há uma quantidade enorme de objetivos a serem atingidos pela Secretaria para que a gente, de fato, alcance o resultado que está aqui proposto, e este caminho passa pela realização destes objetivos que estão colocados no plano. A demanda para crianças de 0 a 3 anos, por que não é universalização, mas a demanda manifesta? Porque não é política deste Governo entender que a criança só é bem atendida ou criança bem atendida, nessa faixa etária, é criança institucionalizada. Então, nós sempre nos ocuparemos com a demanda manifesta. A família tem todo o direito e terá o nosso incentivo de manter e cuidar da criança nesse período; trata-se de um direito e não de uma obrigação do Estado.

Com respeito à Meta 20, que é o atendimento de crianças de 4 a 6 anos, nós estamos entregando e entregaremos paulatinamente, a meta está prevista para os próximos anos, mas estamos trabalhando para entregá-la o quanto antes, porque é uma obrigação que não foi atendida em 2016. Entregamos este ano 150 vagas novas e esperamos avançar muito mais ainda até o final do ano. Com respeito às construções de creches, o Prefeito já mencionou, nós estamos fazendo um estudo, até o final deste mês nós teremos. Nós herdamos uma série de construções, cujo planejamento precisa ser revisto, elas atendem regiões que, em geral, podem não apresentar a demanda necessária para essa construção e, se esse for o caso, nós tomaremos a decisão, junto com o Prefeito, do que fazer - interromper a construção, mudar o endereço desse investimento -, e assim será feito.

Era isso e, no final das contas, sobre melhorar a educação, o Prefeito também já mencionou, nós começamos com este aumento do tempo do professor com o aluno e nós seguiremos com uma série de medidas, que são medidas que ajudam o professor a entregar aquilo que ele, como profissional, se preparou para fazer, que é ensinar as nossas crianças, sem o que elas não têm emancipação. Era o que eu queria dizer, se houver uma outra questão, estou disponível. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Siegle de Souza): Obrigado, Secretário Adriano. Não tendo nenhuma outra observação de algum Secretário na Mesa, nós encaminhamos então para o encerramento desta audiência pública, lembrando que as contribuições dadas nesta audiência serão avaliadas por uma comissão que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formará sob a liderança da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, em havendo complementações, emendas a serem feitas ao texto já entregue na Câmara de Vereadores, a lei faculta ao Executivo fazer essa avaliação e apresentar emendas ao texto, que serão feitas na medida em que forem avaliadas todas as contribuições feitas nesta audiência pública. Obviamente, essas emendas, se forem realizadas, serão divulgadas e publicadas no *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A ata desta audiência também estará à disposição tanto no *site* da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão como no da Secretaria de Relações Institucionais, e nós manteremos todos os inscritos informados sobre os futuros encaminhamentos. Gostaríamos de agradecer muito a presença de todos, estamos encerrando esta

audiência dentro do horário previsto, com todas as contribuições feitas e com um belo debate que vai, com certeza, qualificar a cidade de Porto Alegre. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h40min.)